



COLÓQUIO
CURRÍCULO
2017

**Educação,
Formação &
Crioulidade**

6 e 7 de julho
em Cabo Verde

“EDUCAÇÃO PARA TODOS AO LONGO DA VIDA”

AS DECLARAÇÕES DOS FÓRUNS MUNDIAIS DA
EDUCAÇÃO DE DAKAR E INCHEON, SUAS INFLUÊNCIAS
NO CURRÍCULO E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO
BRASILEIRA

Introdução

O fenômeno educacional se desenrola no tempo e espaço e também é constituinte da História, não está à parte dela, não se configura como mero paralelismo, mas pode ser observado como partícipe do contexto histórico; construindo a sua teia teórica forjada ao longo das crises, conformação ideológica, revoluções científicas, quebra e organização de novos paradigmas.

As hecatombes sócio-políticas e econômicas geraram um campo conflituoso nos países em escala mundial. Neste campo conflituoso emergem os fóruns mundiais, apoiados pelos organismos internacionais, voltados para a economia e sobretudo para a Educação, cujo objetivo aparente consiste em promover consensos, com vistas ao crescimento sustentável e desenvolvimento qualificado para a promoção do equilíbrio mundial. Entretanto, a verdade que subjaz aos discursos propalados, incide diretamente na manutenção do imperialismo das grandes economias mundiais, que subsistem da exploração dos países emergentes e subdesenvolvidos, sob a égide de uma política Neoliberal que robustece o Novo Capital Financeiro.

As agências internacionais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outras, exercem seu poder e influência em âmbitos mundiais na construção dos currículos e das políticas educacionais dos países emergentes, entre eles o Brasil.

As questões que emergem são: que consensos? Para qual finalidade? Cumpre ressaltar que nem sempre tais representantes das nações participantes nos fóruns mundiais têm seu foco na nação, mas estão ancorados na defesa de outros interesses, fundamentados em perspectivas políticas populistas e do Mercado, isto é, centram-se em demandas de governo focadas em benefícios particulares, que são transitórias revestidas de um discurso apologético dito democrático, mas sem preocupações essencialmente com os sujeitos; logo não estabelecem seu foco no bem comum, no Estado.

O slogan “Educação para todos ao longo da vida”, o propõe uma abordagem curricular de inclusão, igualdade, equidade e qualidade na Educação, com vistas ao desenvolvimento econômico, formação do trabalhador e cidadão, constitui-se, nas entrelinhas, numa adequação da Educação ao novo modelo produtivo pautado nas exigências do Neoliberalismo, com vistas ao favorecimento do novo Capital Financeiro.

Contexto histórico da Educação na América Latina

Ao longo da história da consolidação das nações Iberoamericanas é possível acompanhar a trama que se transformou no tecido atualmente conhecido como América Latina. A costura dessa trama foi a Educação. Segundo apresentado por Sauter (SAUTER, 1993), o ato educativo proporcionou o amalgama que uniu pensamentos, cultura, linguagens, entre outros, em consonância com a influência direta do Estado. Também, foi imprescindível como conciliador na busca pelo consenso, com vistas a estruturação da nação.

No século XVIII o pensamento de Adam Smith e posteriormente de David Ricardo anunciou a necessidade de limitação do poder político frente à economia, a igualdade perante a lei e, por fim, a expansão da liberdade e do poder individual em função da propriedade privada e das questões econômicas. Dessa forma, o Liberalismo Clássico burguês apontou para a ideia de um progresso econômico com fundamento racionalista, base da Economia Política.

O pensamento europeu de “Liberdade, igualdade e fraternidade”, ultrapassou as barreiras oceânicas e alavancou o anseio de liberdade nas terras colonizadas pela união Ibérica e dominadas sobretudo pelo poder Teológico exercido através da contrarreforma. Entretanto, ao contrário do que ocorreu nas nações da Europa, na América Latina, o Estado emergiu do poder militar amparado pelas oligarquias, e foi o regular da sociedade como um todo, e em certa medida da economia.

Diferentemente da Europa, as jovens nações latino-americanas tiveram que conquistar sua independência utilizando um viés militar, logo, o Estado constituído teve um papel mais intervencionista no paradigma Liberal adotado, do que na Europa, onde ao Estado cabiam ações voltadas mais para questões sociais e a não intervenção no Mercado, pois segundo o pensamento liberal ele mesmo se auto regularia.

A Educação, que deixa de ser exclusividade da igreja, passa a ser gerida pelo Estado, como um aparelho disseminador de sua ideologia, isto é uma Educação estatal.

Dessa forma, a Educação se converte em uma decisão política, atuando como um instrumento eficaz na condução da população para sua nova conformação. Esse foi um marco na estatização da Educação nos países Latino-americanos, e um gérmen das atuais Políticas Públicas para a Educação.

As lutas por direitos sociais, nos países como Brasil, México e Argentina, no século XX, e o reconhecimento aos direitos sociais básicos, entre eles o direito à Educação, impulsionaram a construção de Constituições que assegurassem tais direitos ampliando as garantias sociais; potencializando o acesso à Educação Pública e participação da classe média na vida política.

Os processos de industrialização da economia nos países da América Latina impulsionaram a Educação do século XX como formadora da força de trabalho. Mais uma vez as imposições do Mercado determinaram os rumos da Educação!

Além de aparelho ideológico do Estado, a Educação assumiu o mesmo dualismo europeu proporcionando um ensino intelectualista para a minoria dominante, e um ensino mínimo voltado para o trabalho, atendendo ao proletariado em geral, como mão de obra para os setores produtivos das nações emergentes.

Aspectos políticos evolutivos dos sistemas educativos e sua relação com as políticas dos países latino-americanos entre eles o Brasil

A Educação na América Latina e no Brasil vive um tempo revolucionário. O século XX e os primeiros anos do sec. XXI, como diz Boom (2009), dadas as hecatombes mundiais, estão marcados por profundas e mudanças em âmbitos sociais, culturais e econômicos.

A América Latina é composta por países jovens em termos de independência e que carregam as marcas da exploração dos antigos colonizadores, que agora, de certa forma são os parceiros comerciais e porque não dizer também, credores.

“La educación en américa latina: un horizonte complejo”(Boom, 2009) e, “Conferencias regionales sobre la educación despues de 2015: declaraciones finales”(UNESCO, 2015)

- Ambos procuram apresentar um panorama sobre a Sociedade contemporânea e sua relação com a Educação na América Latina e neste cenário o Brasil;
- Não desmerecem as outras áreas sociais, mas apontam uma relação destas com a Educação, sendo esta última um dos instrumentos do Estado para a diminuição da exclusão e inovação do sistema produtivo diante dos novos paradigmas de produção, e interferências do Novo Capital;

- Ambos os documentos apontam para permanências, ainda que o espaço de escrita entre as abordagens seja de aproximadamente cinco anos, tais como por exemplo, a necessidade e importância da universalização do ensino para o desenvolvimento dos países em questão, a constituição de políticas de qualificação dos docentes e profissionais de todo sistema educativo, bem como investimentos com vistas a eficiência, eficácia, equidade e inclusão;

- Descentralização da escola como único espaço educativo, visto que a mesma não atende mais as especificidades da contemporaneidade globalizada, restringindo o acesso às oportunidades, por não mais atender a universalidade da ensino e avanços do conhecimento e tecnologia;
- A valorização da docência, também é apontada nos documentos como altamente necessária, crescente-se ao contexto os avanços e investimentos na Educação on-line, acompanhando a difusão das TICs e TDICs em âmbito mundial para a prossecução de infinitas possibilidades para a universalização do ensino, em resposta às demandas da população por formação.

O princípio de que todos os cidadãos têm direito à educação, e que os governos têm a responsabilidade de proporcionar os recursos para garantir este direito de cidadania, está exposto no preâmbulo da “Declaração de Lima” (Oficina de Santiago / UNESCO, 2016), onde diz “Respaldamos los principios y objetivos establecidos por el Acuerdo de Mascate, haciendo presente que el objetivo global ‘asegurar una educación de calidad inclusiva y equitativa a lo largo de la vida para todos al 2030’, refleja la aspiración de la región de América Latina y el Caribe (ALC) para la educación y el desarrollo así como la hoja de ruta establecida por la Primera Reunión de Ministros/as de Educación de CELAC en Cuba en febrero del 2013”.

No que tange ao Ensino Superior, o documento “Conferencias regionales sobre la educación despues de 2015: declaraciones finales”(UNESCO, 2015) expõe o grau de influência das relações existentes no contexto macrossocial sob as exigências do mundo globalizado e da Sociedade do Conhecimento. Sob tais influências, visa atender a uma padronização mínima para o atendimento de interesses de Mercado e formação de mão-de-obra qualificada para o processo produtivo dos países Latino Americanos. Implicitamente, os investimentos externo e da iniciativa privada contribuem para implementação das recomendações do Banco Mundial na orientação para expansão dos países e, por conseguinte, do ensino superior.

Declaração de Incheon, 2015

Aprovada em maio/2015 na cidade de Incheon, República da Coreia, no fórum Mundial da Educação, organizado pela UNESCO em conjunto com a UNICEF, UNFPA, PNUD, ACNUR, ONU MULHERES e Banco Mundial, a “Declaração de Incheon” tem como objetivo geral a promoção da equidade, igualdade e inclusão na Educação, bem como uma aprendizagem ao longo da vida ao alcance de todas as pessoas, respeitando a diversidade, independente de classe social e cultura. De acordo com o documento construído, a Declaração de Incheon para a Educação 2030 pretende representar uma nova visão da educação para os próximos 15 anos.

- E linhas gerais o texto da declaração não traz proposições totalmente inovadoras, haja vista ser uma reiteração de ações propaladas nos documentos do encontro de Jomtien/ 1990 e Dakar/2000;
- O fórum tratou também dos financiamentos, apontando para direcionamentos do Banco Mundial, a coalisão da iniciativa privada junto aos respectivos governos na materialização dos projetos e, enfatizou a meta de qualidade na Educação apontando principalmente para os países subdesenvolvidos, devido ao seu status de obsolência em muitas instâncias em comparação aos países mais desenvolvidos;
- Em se tratando especificamente do Brasil, no contexto caótico socioeconômico em que se inscreve, se fazem necessários investimentos na Educação como um todo, destacando a formação de professores, além da inclusão da sociedade civil e da família nas discussões, que serão importantes nessa situação;
- É necessário ler além do discurso propalado prestando atenção às ideias implícitas, uma leitura de entrelinhas detectando as ambiguidades.

Segundo a Declaração, a Educação se constitui em mola propulsora de desenvolvimento sustentável e deve estar ao alcance de todos. Nesta perspectiva grandes desafios concretos estão diante dos países da América Latina, como por exemplo a inclusão social para todos, a questão do acesso das crianças, jovens e adultos a uma educação pública e com boa qualidade, a equidade, a erradicação do analfabetismo, a conscientização quanto ao respeito à diversidade de gênero e etnia, a minimização da exclusão social causada pela divisão econômica das classes sociais, investimentos no ensino Superior com vistas ao desenvolvimento tecnológico. Além desses, acrescentam-se, o desenvolvimento de ações produtoras no combate à crise na economia, a qual gera desemprego, e, por conseguinte interfere na prossecução das propostas e metas de combate à exclusão.

O Programa de Educação para todos, propalado nas declarações de Dakar e Incheon com seu discurso apologético, nas entrelinhas, trata-se de uma cartilha determinada pelo Capital, representada pelos organismos internacionais e encabeçada pelo Banco Mundial, com fins de estabelecer parâmetros para a Educação dos países economicamente instáveis, e por sua vez mais pobres. Essa cartilha ressalta uma visão humanista voltada para o apreender a aprender, mas os questionamentos são: o quê?; por quê?; para quem?

Denota-se um currículo que fundamenta o ressurgimento de uma pedagogia voltada para o Capital Humano, como paradigma de uma formação mais rápida para a classe trabalhadora, com vistas à empregabilidade. O sujeito histórico não é considerado como deveria neste processo de formação. Ainda sob a alegação de atendimento a necessidade da Educação, subjaz a ideia de definição de conteúdo, das competências e habilidades necessárias, da definição dos saberes que corroborarão para a formação de atitudes e relacionamentos.

- No que tange ao avanço das tecnologias digitais, o documento aponta a emergência de ações para uma inclusão digital que contemple a todos, sendo esta imprescindível para acelerar o processo de formação da mão de obra, e em contrapartida propiciando desenvolvimento e inovação industrial na América Latina; condição necessária para uma melhor conexão desta com o Mercado Mundial Contemporâneo.

As Reformas Educacionais: aspectos relacionais, avanços e impactos.

- No séc. XXI, emerge um novo Renascimento, onde o contexto das inovações não muda mais apenas o que fazemos, mas principalmente o que somos. As interações sociais, a relação com o cotidiano, a vida em si mesma, as relações com o trabalho, a família, com o outro e com o planeta estão se modificando diante do novo paradigma. Os diálogos curriculares sobre a diversidade, sobre equidade e gênero, outrora relegados ao ostracismo retornam à discussão no seio da sociedade.

- A agenda Neoliberal para a Educação, defendida pelo Banco Mundial, orientou tanto os trabalhos da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, em 1990, como o Fórum de Dakar de 2000, e contou com a participação da maioria dos países da comunidade internacional. Isso não foi diferente com Incheon 2015, pois nas entrelinhas do discurso inovador e apologético, consoante com as características da Sociedade do conhecimento do sec. XXI, transparece fortemente o viés Econômico do discurso.

- Considerar todo contexto seja global, ou específico inerente a cada país é altamente relevante quando se debate a Educação nos países Latino-americanos, pois a heterogeneidade dificulta as ações, visto que a declaração de Incheon reforça a necessidade de reformas nos currículos, nos sistemas de ensino e instituições responsáveis por eles, visando fomentar a modernização, a descentralização administrativa e a competitividade no contexto do mundo globalizado.
- Se fazem necessárias a constituição de políticas de Estado, com vistas ao longo prazo da consolidação das propostas para Educação, no entanto o que se percebem são políticas de governo, que possuem o tempo de sua existência atrelado à partidos políticos e a permanência destes no poder, e isso é altamente pernicioso, pois causa descontinuidades e atrasos.

- A grande questão que emerge dos acordos internacionais consiste em, se por um lado as ações têm como objetivo a promoção do acesso ao conhecimento e aprendizagem, também trazem em seu bojo uma forte influência do Capitalismo Mundial se configurando em intervenções nas decisões políticas, sendo perigosamente capazes de comprometer os interesses nacionais, além de minar a riqueza das culturas locais.
- Em se tratando do Brasil atual, os avanços e problemáticas persistentes são semelhantes aos países latino-americanos, mesmo considerando as pontuais diferenças. Como todo Estado capitalista, o Brasil tem sua estrutura e ação orientadas para atender, principalmente, aos interesses das classes dominantes, adotando uma política neoliberal que se contrapõe aos interesses reais e à implementação de ações voltadas para o empoderamento das classes trabalhadoras.

- Os obstáculos do financiamento da Educação no Brasil são vários e vão desde o desvio de recursos da Educação e corrupção generalizada, até o exacerbado peso da burocracia. Além disso, a privatização do Estado por dentro e por fora; uma característica do Neoliberalismo. Outro pormenor não menos importante são as dicotomias entre Ensino e Educação, Teoria e Prática, Igualdade e Equidade, Eficiência e Eficácia.
- Há que se considerar, e isso é pertinente a todos os países latino-americanos, as problemáticas envolvendo o iletrismo e analfabetismo funcional, a defasagem no desenvolvimento do raciocínio lógico matemático; heranças de um ensino descontextualizado e acrítico, além do despreparo dos profissionais da Educação devido a desvinculação da teoria e prática, da desmotivação causada pelos baixos salários e condições estruturais inadequadas para o ensino.

Currículo, Políticas públicas em Educação e suas relações com as reformas educacionais

- Entendido como um componente central na esfera de organização da atividade escolar, o currículo ao longo da história tem assumido especificidades diferenciadas marcadas pelo pensamento ideológico em que se insere. Para além da organização de tempos, espaços e divisão de conteúdos do conhecimento, metodologia e avaliação dos saberes escolares, na contemporaneidade há um entendimento mais crítico acerca do currículo, onde de organizadores de mera transmissão de conhecimentos, passam a possuir uma dinâmica, segundo a qual protagonizam a construção de saberes e concomitantemente clarificam as relações de poder que ordenam os conteúdos e as relações sociais.

“(…) as formas de compreensão das disciplinas escolares estão relacionadas às finalidades educacionais defendidas, sejam elas associadas aos interesses do mundo produtivo e da inserção social (no caso do currículo por competências), da formação na lógica dos saberes de referência (no caso do currículo centrado nas disciplinas de referência) ou, ainda, da criança e da sociedade democrática (no caso do currículo centrado nas disciplinas escolares)” (LOPES, 2008, p. 79).

Em publicações intituladas “Indagações sobre currículo” (Beauchamp, Pagel, & Nascimento, 2007) o Ministério da Educação e Cultura (MEC/Brasil) aponta como eixos principais do currículo as seguintes temáticas: Currículo e Desenvolvimento Humano; Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo; Currículo Conhecimento e Cultura; Diversidade e Currículo; Currículo e Avaliação.

Todos os textos das coletâneas estão em concordância com o discurso dos acordos internacionais propalados nas declarações de Jomtien 1990 e Dakar 2000, que apontam para a universalização da Educação, com qualidade e para o transcorrer da vida dos indivíduos. Tais acordos fundamentam as Reformas Educativas e estas apontam os rumos das Políticas Públicas.

As Políticas Públicas derivam de uma dimensão técnico-administrativa, a qual busca verificar a eficiência e o resultado prático das políticas públicas para a sociedade; em segundo lugar reconhecer que toda política pública interfere nas relações sociais onde os interesses e expectativas sociais condicionam, e por sua vez, são condicionadas pelo processo decisório. Há, por conta dessa dinâmica, a ideia de que o campo das políticas públicas está centrado nos aspectos técnicos ou administrativos, não vinculado ao aspecto político. Isso é inverossímil, visto que a dimensão política está presente em todas as esferas da Sociedade, logo no que tange as políticas públicas isto é evidenciado no processo decisório que as constitui.

É possível verificar a abrangência dos acordos internacionais inclusive em outras políticas públicas, de caráter compensatório, cuja finalidade é constituir-se em sustentação para garantir a realização das propostas para a Educação. Entre programas, desenvolvidos em geral nos países latino-americanos, nesse mote encontram-se, por exemplo, a alimentação escolar, saúde, transporte escolar, financiamento educacional, bolsa escolar para que as famílias possam manter os filhos na escola, entre outros.

Há muitas divergências nos países latino-americanos quanto ao investimento em Educação com vistas à qualidade, acesso e continuidade. Declaradamente, os investimentos são a maior divergência e por consequência o maior complicador para que se alcancem as propostas dos acordos internacionais quanto uma Educação de qualidade, equidade e inclusiva ao longo de toda a vida. No Brasil, a meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014) visa ampliar o investimento na área, pelo menos em tese, dos atuais 6,5% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB), tendo como parâmetro o custo de oferta de uma Educação de qualidade.

“O PNE 2014-2024 redefine a concepção de “público” e vincula a concepção de democracia aos estreitos marcos de monitoramento de metas; em nome da “eficiência na gestão”, afasta do campo da educação questões de universalidade, igualdade, interesses gerais e objetivos emancipatórios, bem como anula a autonomia das escolas e dos professores.” (Motta, Piccinini, Silva, Lamarão, & Geraldo, 2015)

“(...) para se alcançar à educação dita de qualidade, torna-se urgente o recrutamento de professores capacitados, de livros didáticos melhores, de renovação pedagógica e de ambientes de aprendizagem mais agradáveis. Ainda segundo o relatório, países que alcançaram os mais altos padrões de qualidade na aprendizagem investiram fortemente na profissão docente em relação aos salários e à formação continuada. Nesse sentido, os professores aparecem, no documento, como um recurso humano essencial para o processo de ensino-aprendizagem e aquisição das habilidades necessárias para a vida, tais como aprender a ler, a escrever e a fazer contas. A proposta de formação dos professores apresentada no Relatório incentiva a capacitação sediada em escolas combinada com a educação a distância, o que vai reduzir custos de deslocamento e realocação, além de oferecer uma formação flexível e aligeirada, resultando em uma baixa nos padrões de qualificação. A dosagem entre o tempo e os recursos gastos na capacitação inicial e no apoio profissional continuado representa uma questão fundamental nas políticas educacionais que visam a tão almejada qualidade da educação ofertada nas escolas.” (Rabelo, Jimenez, & Segundo, 2015, p.174 e 175)

Embora os documentos oficiais propalem uma formação docente substancial, a realidade brasileira se apresenta contraditória, pois os obstáculos para a formação de professores no atual governo são ainda mais intensificados pelo fator econômico, determinante nos processos de formação, pois acena para a atual política de contenção de gastos, e finalmente na inserção dos famigerados profissionais com o dito “notório saber”, mas sem nenhum conhecimento pedagógico, como complemento ao quadro de profissionais da Educação Básica, mais especificamente para o Ensino Médio. Tais medidas acabam por desconsiderar ainda mais a profissão docente. No entanto, principalmente nas universidades públicas, há especialmente um cuidado com o currículo voltado para a formação docente, justamente por entenderem que o professor bem preparado se constitui em elemento mediador entre os aprendentes e o conhecimento, com vistas à formação holística dos sujeitos para a transformação social. Trata-se de um empoderamento real dos indivíduos para o enfrentamento do cotidiano social e em certa medida uma oposição à ordem estabelecida pelo governo brasileiro atual.

Sobressai a pedagogia do aprender a aprender, a qual de acordo Duarte(2000) apud Segundo (2015),

“consiste em uma corrente pedagógica contemporânea que tem como base comum à adesão e reedição dos pressupostos escolanovistas e a conseqüente negação da pedagogia tradicional e das formas clássicas de educação escolar com os seus métodos, conteúdo e formas de trabalho. Essas pedagogias, dentre as quais se destacam o construtivismo, a pedagogia do professor reflexivo, a pedagogia das competências, a pedagogia de projetos e a pedagogia multiculturalista, baseiam-se em uma concepção idealista da relação entre educação e sociedade, e por isso difundem a crença da possibilidade de solução dos problemas sociais pela via da educação, mantendo intacto o controle do capital sobre a totalidade social.” (Rabelo, Jimenez, & Segundo, 2015, p.172)

O currículo deverá adequar-se a novos modelos de organização, a fim de formar as competências necessárias para o modelo produtivo estabelecido, e em certa medida para a participação dos sujeitos na sociedade de acordo com a ideologia hegemônica.

Desta forma, a nova Base Nacional Comum Curricular Brasileira para o Ensino Fundamental, atualmente em votação, o Plano Nacional da Educação (PNE), lei nº 13.005/2014 e o Novo Ensino Médio, constituem-se em políticas que corroboram com os acordos internacionais e traduzem a política Neoliberal que subjaz aos mesmos.

Considerações finais

Compreender as mudanças efetivadas no transcorrer das últimas décadas, possibilita um repensar das atuais orientações oficiais em relação ao currículo brasileiro. Isto significa repensar o currículo não apenas com vistas ao processo produtivo, mas também para a vida em uma sociedade técnico-informacional. Isto envolve a necessidade de uma escola que prepare o sujeito holisticamente tendo em vista a flexibilização e adaptação do trabalho, sem, contudo, relegar a segundo plano conceitos como cidadania, ética, política, autonomia e criticidade.

Dessa forma, a partir das observações propostas neste ensaio abrem-se espaços para novas discussões, outros estudos, que possam evocar novos entendimentos acerca do currículo brasileiro e sua repercussão na formação dos sujeitos.

Referências

Beauchamp, J., Pagel, S. D., & Nascimento, A. R. do. (2007). Indagações sobre currículo. (S. da E. B. Ministério da Educação, Ed.). Brasília – DF: MEC. [https://doi.org/CDU – 37.046.12](https://doi.org/CDU-37.046.12)

Boom, A. M. (2009). La educación en América Latina : *Revista Iberoamericana de Educación*, 49(49), 163–179.
Retrieved from <http://www.rieoei.org/rie49a06.pdf>

CEPAL - División de Desarrollo Social. (1995) Modelos de desarrollo, papel del estado y políticas sociales: nuevas tendencias en América Latina.

Gorostiaga, J. M.;Tello, C. G. (2011). Globalización y reforma educativa em América Latina: un análisis inter-textual. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 28. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a06.pdf>

Leite, R. C. (2007). Política educacional: identidade latinoamericana e descentralização. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (Vol. 2). São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
<https://doi.org/Prefix:10.21723>

Motta, V. C. da; Piccinini, C. L.; Silva, S. M.; Lamarão, M. V. M., & Geraldo, D. S. da S. (2015). Plano Nacional de Educação 2014: notas críticas. Universidade Federal do Maranhão, pp. 52. Retrieved from http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/plano-nacional-de-educacao-2014_notas-criticas.pdf

Oficina de Santiago / UNESCO. (2016). Balances y desafíos para la agenda educativa regional 2015 -2030 declaración de Lima. OREALC/UNESCO - Santiago, 1, 24. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002443/244335S.pdf>

Rabelo, J., Jimenez, S., & Segundo, M. das D. M. (org). (2015). O movimento de educação para todos e a crítica marxista . (1st ed.). Fortaleza/CE: UFC.

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16670/1/2015_liv_jrabelo.pdf

Sander, B. (2008). Educação na América Latina: identidade e globalização. Educação, 31(2), 157–165.

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2766>>

Sauter, G. O. (1993). Estado y Educación en América Latina a partir de su independência (siglos XIX y XX). Retrieved March 28, 2017, < <http://rieoei.org/oeivirt/rie01a04.htm>>

Schwartzman, S. (n.d.). O futuro da Educação na América Latina 1.
[https://www.academia.edu/23856603/O futuro da Educação na América Latina 1](https://www.academia.edu/23856603/O_futuro_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_na_Am%C3%A9rica_Latina_1)

Sossai, F. C.; Mendonça, G.; Mendes, L.; Pacheco, J. A. (2009). Currículo e Novas Tecnologias; em tempos de globalização, 27(1), 19–46.

<<http://www.perspectiva.ufsc.br>>

UNESCO. (2015). Conferencias regionales sobre la educación despues de 2015: declaraciones finales. *UNESCO*, 1, 29. Retrieved from

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002330/233014s.pdf>>

UNESCO. (2016). Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação.

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>>

- **Rosa Maria Rodrigues Barros¹**
- **Cinara Salete Belo Ciseski²**
- **Marta Maria Gonçalves Balbé Pires³**
- ¹Universidade Estadual de Maringá (BRASIL), rosabarro40@gmail.com
- ²Universidade Adventista do Chile (CHILE), c_ciseski@hotmail.com
- ³Faculdade Adventista Paranaense (BRASIL), marta.balbe@iap.org.br